



Mulher e natureza: articulações e sentidos na América Latina

Woman and nature: articulations and senses in Latin America

Nicole Marie Trevisan



<https://orcid.org/0000-0003-4608-0483>

E-mail: nicatrevi@yahoo.com

Instituição: Universidade de Lisboa

Doutoranda em Relações Internacionais pelo ISCSP da Universidade de Lisboa. Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (bolsa Capes). Pesquisadora dos Grupos (CNPq) NEADI da PUCPR e DICRÍ da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Membro da Comissão de Direito Internacional da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Paraná e da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos- Comissão Paraná. Advogada.

Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso Squeff



<https://orcid.org/0000-0001-9912-9047>

e-mail: tatiafrcardoso@gmail.com

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Professora adjunta de Direito Internacional, Ambiental e do Consumidor na UFRGS. Professora dos PPGs em Direito da Universidade Federal de Uberlândia - UFU e de Relações Internacionais da UFSM. Pós-Doutoranda em Direito e Garantias Fundamentais pela FDV. Doutora em Direito Internacional pela UFRGS, com período de estudos junto à University of Ottawa. Mestre em Direito Público pela Unisinos, com fomento CAPES. Pós-graduada em Direitos Humanos pela UCoimbra, em Relações Internacionais pela UFRGS/PPGEEI, em Direito Internacional pela UFRGS/PPGD e em Língua Inglesa pela Unilasalle. Pesquisadora convidada da Universidade de Toronto/Canadá.



Resumo: As mulheres, especialmente aquelas do Terceiro Mundo, têm desenvolvido no decorrer da história uma relação de proximidade e cuidado com o ecossistema. Movimentos feministas, como o ecofeminismo, buscam, no contexto da justiça ambiental, a justiça para as mulheres no seu reconhecimento identitário. Procura-se identificar as relações de poder e a relação existente entre a exploração e dominação da natureza e a dominação e subordinação das mulheres nas relações socioambientais na América Latina. Realiza-se, assim, uma pesquisa do tipo qualitativo, modelo hipotético-dedutivo e utilizando-se dos métodos descritivo, explicativo e crítico. Embora seja presenciado alterações de legislações específicas na tentativa de alcançar um desenvolvimento sustentável e de igualdade de gênero, a opressão sobre mulheres e a crise ambiental ainda dependem de uma maior mudança estrutural e organizacional da sociedade.

Palavras-chave: América Latina. Desenvolvimento Sustentável. Ecofeminismo. Justiça Ambiental. Mulheres do terceiro Mundo.

Abstract: Throughout history, women, especially those from the Third World, have developed a relationship of closeness and care with the ecosystem. Feminist movements, such as ecofeminism, seek, in the context of environmental justice, justice for women in their identity recognition. It seeks to identify the power relations and the relationship between the exploitation and domination of nature and the domination and subordination of women in socio-environmental relations in Latin America. A qualitative research is thus carried out, hypothetical-deductive model and using descriptive, explanatory and critical methods. Although specific legislation changes are being seen in an attempt to achieve sustainable development and gender equality, the oppression of women and the environmental crisis still depend on greater structural and organizational change in society.

Keywords: Latin America. Sustainable Development. Ecofeminism. Environmental Justice. Third World Women.

Introdução

Diante da crise ambiental contemporânea, as mulheres desempenham papel fundamental na propositura de alternativas voltadas ao desenvolvimento sustentável, que perpassam o reconhecimento e pela redistribuição de gênero.

As mulheres têm desenvolvido no decorrer da história uma relação de proximidade e cuidado com o ecossistema. Apesar disso, os problemas ambientais encontram-se num contexto sistêmico, interligado e interdependente de fatores como o econômico e o desenvolvimento das relações humanas fundadas em uma sociedade patriarcal, os quais impedem a sua atuação mais efetiva. Não é o destino biológico que determina as identidades femininas, mas as relações humanas e sociais que envolvem poder, as quais acabam muitas vezes por excluí-las.

Ao perceber essa relação dialética entre as características biológicas e sociais, ocorre a necessidade de dar continuidade à discussão do gênero e da participação paritária em sua abrangência nas demandas sociais, culturais, étnicas e ambientais.



Movimentos feministas, como o ecofeminismo, buscam, no contexto da justiça ambiental, a justiça para as mulheres no seu reconhecimento identitário. Afinal, as mulheres, enquanto uma coletividade bivalente, são um grupo social injustiçado tanto pela má distribuição econômica quanto pela falta de reconhecimento cultural.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca traçar aspectos acerca de temas envolvendo mulheres, feminismo e desenvolvimento sustentável. Procura-se identificar as relações de poder e a relação existente entre a exploração e dominação da natureza e a dominação e subordinação das mulheres nas relações socioambientais na América Latina, na luta pela identificação e pelo respeito à sua identidade e cultura.

A hipótese com a qual se trabalha é de que, embora seja presenciado alterações de legislações específicas na tentativa de alcançar um desenvolvimento sustentável e de igualdade de gênero, a opressão sobre mulheres e a crise ambiental ainda dependem de uma maior mudança estrutural e organizacional da sociedade. Isso porque, atualmente, as consequências normativas de diferenciações de sexo/gênero mostram-se enquanto verdadeiros obstáculos ao seu status, impedindo-lhes de participar paritariamente na sociedade e, logo, de sugerir outras formas de se relacionar com a natureza, sendo imperioso refletir acerca de tais relações e de ressaltar a necessidade destas de resistir.

Em vista disso, realiza-se uma pesquisa do tipo qualitativo, seguindo o modelo hipotético-dedutivo e utilizando-se dos métodos descritivo, explicativo e crítico, para ressaltar a citada necessidade de se pensar as relações de poder existentes no globo, as quais dominam os corpos femininos e usurpam do meio ambiente, que será abordada notadamente através do procedimento monográfico de pesquisa, utilizando-se, sobretudo, da técnica bibliográfica para o seu desenvolvimento.

1. Identidade Cultural e as Mulheres do Terceiro Mundo:

A questão cultural identitária segue sendo determinante nas relações socioeconômicas e ambientais pautadas pelo poder¹. Poder como forma de dominação, segundo Aníbal Quijano (2005, p.117), constitui um poder mundial

¹ Aqui, poder é utilizado como forma de dominação, tal como aquela inaugurada com a chegada dos Europeus às Américas em 1492, pautada na hierarquização étnico-racial (igualmente englobando o sexo), o que reflete na divisão internacional do trabalho e nas consequentes subjugações do ser não padronizado (este, o homem, branco, europeu, heterossexual, cristão, patriarca e proprietário), assim como na acumulação do capital (que permanece no centro do sistema-mundo, em detrimento de sua periferia) (QUIJANO, 2005, p. 117-119).



eurocêntrico, capitalista, moderno/ colonial a partir da criação da ideia de raça, biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. Nas discussões contemporâneas, principalmente em relação às mulheres do Terceiro Mundo², e posicionadas conforme as suas variadas designações de Henrique Afonso (2015, p. 156-157) no emprego da expressão ‘Terceiro Mundo’, na medida em que elas vivem em uma economia de subsistência, elas se tornam as maiores vítimas da crise ambiental³, sendo as primeiras a experienciarem a diminuição da qualidade de vida causadas pela poluição ou escassez dos recursos naturais, para citar alguns exemplos. Para Nascimento (2005) o modo de produção e consumo vigente nos conduz a um desastre é cada vez mais aceita e há incertezas quanto ao futuro da humanidade no acirramento das crises econômica e ambiental.

O feminismo latino-americano decolonial⁴ tem realizado uma virada epistêmica, enraizada no território da Abya Yala, por meio da recuperação das

² Afonso (2015, p. 156-157) assevera que o emprego da expressão ‘Terceiro Mundo’ ocorreu pela primeira vez, enquanto uma categoria política, na Conferência de Bandung, em abril de 1955, a partir de critérios ideológicos, no caso ‘dos não alinhados’. Já enquanto uma categoria econômica, refere o autor do uso comum da expressão ‘Terceiro Mundo’ e ‘Mundo em Desenvolvimento’ em alusão aos Países em Desenvolvimento, a partir de 1989, com as mudanças da ordem internacional (muito embora sujeito a crítica à luz do decolonialismo pela ‘padronização’ das identidades dos diversos países que não apresentam uma economia desenvolvida). Já enquanto categoria geográfica, o ‘Terceiro Mundo’ hoje é sinônimo de Sul global em alusão à sua distância dos grandes centros normativos –hoje o Norte e antigamente – antes de 1989 – o Oeste/Ocidente.

³ Sobre o debate da crise ambiental, *cf.* Elimar NASCIMENTO, 2005.

⁴ O feminismo pode ser dividido em três grandes correntes: “i) a marxista, que denuncia a exploração econômica; ii) a discussão realizada pelas feministas negras, que denunciam a forma pela qual suas experiências e lutas foram apropriadas pelos movimentos de mulheres brancas; e iii) as reivindicações do “Terceiro Mundo”, que buscam caracterizar e questionar o que é evidenciado na produção de um discurso cultural ocidental e colonialista sobre o que é chamado ‘Terceiro Mundo’: principalmente, as hierarquias políticas e econômicas” (MOHANTY, 2013). Entretanto, veja-se que essa última crítica, a qual edificou-se em torno da tentativa de “denunciar e desconstruir” o conceito de mulher subalterna – do Terceiro Mundo –, cuja introdução ocorrerá através das “feministas ocidentais”, “arbitrariamente (...) nega[ram] [às mulheres do Terceiro Mundo] a efetiva heterogeneidade e materialidade, bem como, erroneamente, assumiram através das agendas do movimento um discurso universalista que supostamente incluiria “todas as mulheres” sem levar em consideração algumas de suas singularidades (CYPRIANO, 2013), igualmente contempla múltiplas miradas, como a crítica pós-colonial/estruturalista e a decolonial (BALLESTRIN, 2017). No caso, neste texto, busca-se trabalhar com o feminismo decolonial, que reverbera os abusos e as oclusões sentidas especificamente pelas mulheres latino-americanas, isto é, trata-se de uma pauta geolocalizada, capitaneada pelas mulheres de Abya Yala.



tradições e dos saberes das mulheres (ESPIÑOSA-MINOSO, 2014), empreendendo rupturas epistêmicas em relação ao Feminismo Hegemônico. Luciana Ballestrin (2017, p.1036) a discussão sobre feminismos ‘subalternos’, aludindo à subalternidade no interior do próprio feminismo, nos termos de Gayatri Spivak (2010), denunciam o silenciamento de várias expressões do feminismo, sob a ótica interseccional.

O Feminismo Latino-americano Decolonial aproxima-se dos Estudos Pós-coloniais Latino-americanos na medida em que este realiza rachaduras epistêmicas ao denunciar as formas de exploração e de opressão sofridas pelos povos da Abya Yala durante o processo de Colonialismo que se reeditam através das heranças coloniais (SARTORE; SANTOS; SILVA, 2015, p. 89).

Como análise central, o Gênero, ao ser entendido na visão eurocêntrico-moderno, limita as relações de opressões. Na relação entre desigualdades homem-mulher, acabam por silenciar as desigualdades de classe, de raça e de sexualidade. O caminho para a despatriarcalização (PAREDES, 2011) se dá a partir de um processo que visa romper com o sistema de dominação sobre o corpo das mulheres.

[...] la descolonización para nosotras se trata de una posición política que atraviesa el pensamiento y la acción individual y colectiva, nuestros imaginarios, nuestros cuerpos, nuestras sexualidades, nuestras formas de actuar y de ser en el mundo [...] (CURIEL, 2009, p. 3).

O conceito de gênero e de como as relações entre os sexos se estruturam, Joan Scott (1995) conceitua o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Scott (1995, p. 77-78) afirma que o feminismo criou uma identidade coletiva com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas.

A organização social de gênero é o instrumento de dominação social mais antigo, antecede os elementos raça e classe, que toma as diferenças biológicas entre homens e mulheres como critério para hierarquizá-los socialmente. As formas de crueldade e violência contra as mulheres aumentaram e se modificaram à medida que a modernidade e o mercado se expandiram e anexaram novas regiões (SEGATO, 2013, p. 72). A devastação ambiental é a nova forma de vulnerabilizar a mulher, e dar continuidade a depredação e violência aos corpos.



Os processos de desenvolvimento exportados pelo mundo ocidental não representam mais do que uma segunda onda de neocolonialismo. O resultado dos programas de desenvolvimento nos países de Terceiro Mundo tem tido como consequência o empobrecimento das populações, em especial das mulheres, pois é a estas que cabem as tarefas domésticas e de subsistência básica (TAVARES, s./d., p. 5). Tavares (s/d) afirma que o capitalismo, o patriarcado e a destruição do planeta estão interligados, pois não bastaria criticar o crescimento rápido da sociedade e suas tecnologias, se não houver um acompanhamento de um desenvolvimento social ou uma Legislação, tornando pouco eficaz o controle dos processos resultantes da produção com a utilização de tecnologias nocivas para a saúde humana e ambiental. O feminismo, assim, desde a matriz decolonial, se coloca a discutir a subjugação das mulheres e da natureza, no enfrentamento da crise ecológica do século XXI.

Para Espiñosa-Minõso (2009), o feminismo do sul foi alimentado por ideias emancipatórias das feministas europeias e americanas. Não há como se negar a influência das discussões levadas a cabo no século XVIII voltadas a questionar a “superioridade” do homem, de sua “inteligência” em relação à mulher (ASTEL, 2018), por exemplo. Ou, ainda, em relação a construção do que seria “ser mulher” a partir da definição dada pelo próprio homem (DE BEAUVOIR, 1970).⁵ Outrossim, tal como os estudos pós-coloniais feministas advertiram, ao mesmo tempo que é necessário “falar ‘de dentro’ das narrativas emancipatórias dominantes”, também é imperioso que se busque “distanciar destas”, admitindo outras formas de “narrar” as opressões sentidas pelos corpos femininos (SPIVAK, 2010), pois, de fato, essas são múltiplas.

Nesse sentido, se o feminismo se desenvolveu com base em estruturas conceituais importadas, sem mediar corpos racializados, empobrecidos, folclorizados e colonizados das mulheres latino-americanas, é necessário observar estas narrativas também. Até mesmo porque,

[...] si efectivamente existe una colonización discursiva de las mujeres del tercer mundo y sus luchas, eso no sólo ha sido una tarea de los feminismos hegemónicos del Norte sino que estos han contado

⁵ Simone de Beauvoir possuía visões vanguardistas sobre os direitos femininos e sobre o papel que a cultura representa para o empoderamento feminino. Beauvoir (1967) traz reflexões sobre o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos sofridos em sua socialização, que a torna alienada a seu sexo. A identificação do homem com seu sexo, na cultura ocidental, faz com que este se auto afirme como sujeito rebaixando a mulher a mero objeto. Mulheres foram seres colocados à margem da sociedade ao longo dos séculos, por conceitos machistas que conduzem à ideia de supremacia, através do poder sexual.



indefectiblemente con la complicidad y el compromiso de los feminismos hegemónicos del Sur, dado sus propios intereses de clase, raza, sexualidad y género normativos, legitimación social y estatus quo (ESPIÑOSA-MINŌSO, 2009, p. 47).

O tema do feminismo e a necessidade de expandir seus limites é preocupante e ao mesmo tempo sintomático, mesmo nesta fase de descentralização do sujeito universal do feminismo. As feministas do Norte precisaram da figura da ‘mulher do terceiro mundo’, feministas (brancas/mestiças, burguesas) do Sul precisaram e trabalharam ativamente para construir seu Outro. Logo, a "mulher do terceiro mundo" está duplamente presa pelo discurso do feminismo ocidental que constrói o "Outro" monolítico da América Latina, e pela prática discursiva das feministas do Sul, que, distanciando-se dela e, mantém a continuidade com a matriz de privilégios colonial.

Assim, construir o conhecimento feminista latino-americano, pontualmente a partir do deslocamento do conhecimento de sua localidade geocultural, com teoremas vindos de suas realidades é fundamental. É o que Espiñosa-Minõso (2009) sugere: para não sermos cúmplices dos interesses (neo)coloniais de produção material e simbólica de sujeitos para sua exploração e dominação, deve-se recuperar o espaço da comunidade, com um olhar para os processos locais que estão ocorrendo dentro das comunidades. Tais mulheres, despidas do mundo, devem adquirir a voz audível.

Os primórdios da desigualdade social e da pobreza na América Latina coincidem com as primeiras investidas colonizadoras. Pode-se considerar como “processos sócio históricos e estruturais” as diferentes formas de dominação utilizadas pelo colonizador no continente (BECK, 2020, p. 169). A imposição da cultura Europeia trouxe o que as ciências sociais denominam de “marcadores sociais da diferença”, narrativas hegemônicas, passando da dominação violenta à manipulação das subjetividades; “entre eles, as noções de desenvolvimento, subdesenvolvimento e desenvolvimento sustentável” (BECK, 2020, p. 172) e o projeto moderno/colonial transformou-se em discurso de desenvolvimentismo.

Nos conceitos de desenvolvimento, progresso e crescimento, ocorreu a eliminação das relações com a terra, assim como perdeu-se a visão de os territórios serem voltados para a subsistência e para a produção e reprodução de identidades coletivas. As mulheres, tão somente percebidas pela contribuição à natureza, veem a sua experiência de vida (dos povos indígenas, tradicionais e negros) e suas representações sobre o meio ambiente ocultada pela produção de conhecimento branco e masculino. Como descreve a Cartilha do Instituto Políticas Alternativas



para o Cone Sul – PACS – as mulheres são,

[...] “seres culturais” que estão também inseridas nas diferentes formas de uso e ocupação dos territórios. Em decorrência destas mesmas relações, no entanto, o efetivo papel das mulheres na determinação dos problemas relacionados aos conflitos e na forma de enfrentá-los não é considerado ou visibilizado, inclusive nos próprios processos de resistência. No entanto, é determinante para a realização e continuidade das lutas e o estabelecimento de transformações positivas para mulheres nas suas comunidades e culturas (PACS, 2017, p. 23).

Nessa perspectiva, o patriarcado se exprime com a mesma lógica do poder machista, opressor e totalitário. Ataca os fundamentos da vida, o da fecundidade. Na luta de feministas pela libertação da mulher oprimida, o movimento ecofeminista surge como preponderando a libertação da mulher e da natureza, ambas exploradas pelo opressor homem (FLORES; TREVIZAN, 2015). Como menciona Rosângela Angelin (2014), não é o destino biológico que determina as identidades femininas, mas as relações humanas que envolvem poder. A questão central desse debate é o fato de que, visão capitalista patriarcal, assim como as mulheres, a natureza não passa de um mero objeto de exploração.

Interessante notar que, curiosamente, o movimento ecofeminista, originou-se de diversos movimentos sociais, tendo sido marcado pela publicação do livro *Le feminisme ou La Mort* (Feminismo ou Morte, em português), em 1974 de Françoise D’Eaubonne. A autora defende que a mulher deve ser precursora nas transformações de pensamento de gênero, utilizando a Ecologia, impulsionando uma revolução ecológica capaz de salvar o planeta e promover o empoderamento feminino. Nesse passo, como avultado supra, não é a intenção das teorias do Terceiro Mundo rejeitar os avanços obtidos de outras lutas femininas/feministas, mas de enfatizar que esse discurso não pode ser visto como o único epistemologicamente aceito. Nessa toada, refletir como tais acréscimos aproximam-se, misturam-se e evoluem frente às concepções na Abya Yala, mostram-se imperiosas desde o viés do feminismo decolonial⁶. Por isso, na próxima seção, uma reflexão é realizada sobre a relação entre a mulher e a natureza, exemplificado nos movimentos que surgiram durante as

⁶ Inclusive, ressalta-se o desenvolvimento da teoria econfeminista por autoras argentinas (logo, latino-americanas). Como trazem Rosângela Angelin e Neusa Schonorenberger (2020, p. 212), “[u]ma das grandes teóricas do Econfeminismo é a argentina Alicia Puleo (2002), que apresenta as três principais tendências ecofeministas: o ecofeminismo clássico, ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo e ecofeminismo construtivista”.



últimas décadas.

2. Meio Ambiente e os Movimentos Femininos na Abya Yala

É crescente o movimento de empresas e governos que buscam alternativas para atuarem em conformidade com a sustentabilidade em suas diversas dimensões. A partir das décadas de 1960 e 1970, foram questionadas as bases que sustentam a sociedade atual, “na busca de valores mais integrativos, como cuidado, cooperação e conservação, os quais, no paradigma dominante, foram negligenciados e associados às mulheres” (FLORES; TREVIZAN, 2015, p. 12). No mesmo período, surgiram na Europa as primeiras manifestações do movimento feminista em defesa do meio ambiente.

Emma Siliprandi (2009), entre outras, menciona a lógica da associação entre mulher e ecologia, pois existe uma convergência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e a natureza, ou seja, a exploração e dominação sobre as mulheres e a natureza como pertencentes a uma mesma esfera. A predominância de formas patriarcais na estruturação ocidental e o papel da mulher apenas à reprodução social seria estabelecida pelo motivo de que, tanto as mulheres quanto o meio ambiente são vistos pelo patriarcado como objetos de consumo e exploração.

Relações de gênero e relações humanas com a natureza são frutos da construção de comunidades sustentáveis que representem valores sustentados pelo ecofeminismo, associados à elementos que representam à proteção ambiental. Em uma perspectiva integradora, os pensamentos ecologista e feminista buscam um caminho por maior equidade e sustentabilidade, para alcançar a transformação da sociedade.

A natureza, a Mãe-Terra, como organismo vivo, e os movimentos que beneficiam a suas comunidades, podem ser percebidos pelo entrelace de antigos mitos com ideias modernas de interdependência entre tudo e todos. A sustentabilidade ambiental de uma comunidade envolve a sensação de bem-estar, e as mulheres têm desenvolvido no decorrer da história da humanidade uma relação de proximidade e cuidado com o ecossistema diferente dos homens.

As mulheres cultivam uma vivência mais próxima e diferente com o meio ambiente, em comparação aos homens, em especial, no que se refere ao cuidado e a proteção ambiental. Uma explicação seria que elas estão mais ligadas a essas questões ambientais, por serem as responsáveis pela



produção de alimentos e pelos cuidados diretos com os membros da família. Esses temas têm sido corriqueiros junto às camponesas que, inseridas em movimentos de mulheres, os quais têm reivindicado políticas públicas e leis protecionistas ao meio ambiente, sob a perspectiva da construção de um desenvolvimento sustentável intergeracional (ANGELIN; SCHONORENBERGER, 2020, p. 206).

Pode-se dizer que essa percepção específica do papel da mulher acima citado advém do denominado ecofeminismo construtivista (ANGELIN; SCHONORENBERGER, 2020, p. 213), segundo o qual as mulheres têm um papel central tanto na manutenção da estruturação familiar (pois formariam a base da economia familiar, na divisão do trabalho, do poder e da propriedade) quanto na proteção do meio ambiente (no sentido de que a sua exploração demasiada desequilibrar a harmonia necessária entre todas as demonstrações de vida, logo, de pessoas e meio ambiente, além de ser outro exemplo de demonstração de poder – masculino –, o qual combatem).

As mulheres do campo veem o ambiente como um lugar em que se relacionam de forma integral, interdependente e de maneira justa para com a sua garantia de sobrevivência e cultivo. A sua experiência geracional e conhecimento sobre o terreno fazem com que observem os problemas relativos à terra, como um problema de todos, coletivo. O problema, como Astrid Ulloa aponta (2014), é a de que o ‘todo’ posiciona as mulheres como vítimas universais e silenciam as divergências ideológicas, sociais e de interesse próprio delas.

Conforme Graciela Rodriguez (s/d) o esforço que historicamente tem sido realizado pelas mulheres e o trabalho silencioso que acontece na natureza não contam economicamente, pois o mercado é o único espaço que confere valor no sistema capitalista. O aumento da pobreza e dos conflitos em relação aos recursos naturais, como a degradação ambiental e as consequências das mudanças climáticas nos países do Sul Global (SQUEFF; DAMASCENO, 2024) demonstram o aprofundamento das desigualdades e questões enfrentadas diretamente pelas mulheres no seu cotidiano nos discursos produzidos pela colonialidade.

A opressão e submissão das mulheres surgiram muito antes do capitalismo, mas através do desenvolvimento do capitalismo, as diferenças de gênero foram sendo intensificadas (ANGELIN, 2014). Segundo Flores e Trevizan (2015), o desequilíbrio na distribuição de poder entre homens e mulheres e a estrutura hierarquizada da comunidade são os grandes desafios que ainda persistem.

As mulheres foram, estrategicamente, encarregadas do trabalho



doméstico, cuidando da casa, das crianças, dos velhos e doentes, além de exercerem o papel de servir o marido, que era o provedor do lar. Não se pode olvidar que tais obrigações domésticas foram vinculadas à natureza da mulher. Intencionalmente, o trabalho doméstico foi considerado gratuito e denominado como trabalho não produtivo (ANGELIN, 2014, p. 1578).

Nancy Fraser (2011) considera as mulheres como sendo uma coletividade bivalente, ou seja, um grupo social injustiçado pela má distribuição econômica e, ao mesmo tempo, pela falta de reconhecimento cultural. Propõe a autora, portanto, uma mudança na estrutura política econômica diante da redistribuição de renda, da reorganização das relações de trabalho e da participação democrática na decisão dos investimentos do Estado, além da reavaliação de identidades que se encontram estereotipadas, bem como o respeito à diversidade cultural.

Como referido *supra*, o termo ecofeminismo teria sido utilizado pela primeira vez em 1974, por Françoise d'Eaubonne, fundadora do movimento Ecologia e Feminismo em 1978, na França. Seu intuito seria a proposição de uma nova visão da mulher e natureza e ciência, desvinculada da concepção socioeconômica e do poder patriarcal.

[...] as evidências trazidas pelo novo século, e a soma de reflexões acumuladas neste último período em torno aos impactos das mudanças climáticas e à problemática da relação com o ambiente e os recursos naturais – tais como contaminação das águas, solos e alimentos, o avanço da transgenia, a sobre-exploração dos recursos naturais, etc. – foram colocando a imperiosa necessidade de repensar a relação das mulheres e do feminismo com a “natureza”. A atualização do pensamento feminista, levando em consideração sua interação com perspectivas ecológicas críticas e com o questionamento cada dia mais necessário da mercantilização e financeirização extremas da vida e da tecno-ciência hegemônica é iniludível, diante das evidências dos desastres ambientais e os impactos negativos do atual modelo capitalista de crescimento indefinido (RODRIGUEZ, s.d., p. 2).

Esse importante olhar para o conteúdo cultural da dominação patriarcal trazido pelo ecofeminismo clássico é fundamental para questionar o papel das mulheres do seu “destino” único e socialmente obrigatório do casamento e da maternidade e permitir a ‘libertação’ feminina. Outrossim, reflexões ecofeministas ou ambientalistas e contribuições das mulheres indígenas, campesinas e dos conceitos do “bem viver” também têm a contribuir. Estas surgiram a partir da resistência do movimento de mulheres a um modelo de desenvolvimento insustentável.



Hoje, ocorre o enfrentamento dos novos desafios e das lutas ambientais, com o auxílio do pensamento econômico feminista e da chamada economia do cuidado, originada das economistas feministas (RODRIGUEZ, s/d). Trata-se do ecofeminismo típico do Sul, o qual se baseia “na ideia que a violência contra a mulher e o meio ambiente tem suas raízes patriarcais na dominação e no poder centralizado” (ANGELIN; SCHONORENBERGER, 2020, p. 213), sentimento este, inclusive, compartilhado pelo supracitado ecofeminismo construtivista⁷.

Ivone Gebara (1997) reitera que as mulheres, em especial as mais pobres, têm sido as principais afetadas diante de crises ambientais, devido as relações de poder exercida pelos homens sobre as mulheres e sobre o meio ambiente natural, que as afasta dos bens ambientais, recaindo sobre seus corpos e suas vidas, todas as ameaças e riscos impostos pelo desequilíbrio ecológico e o desenvolvimento que prima apenas pela economia (GEBARA, 1997, p. 14-16).

Cuidar do meio ambiente natural de forma sistêmica é uma forma ideológica de conceber o desenvolvimento sustentável e, neste caso, o ecofeminismo, independentemente de suas tendências, tem sido uma teoria que se baseia em ações concretas capazes de produzir resultados concretos. Assim, merecido é o destaque da figura das mulheres camponesas, que através de sua luta nos movimentos do campo, utilizando-se dos princípios ecofeministas espiritualistas, transmutam na mística religiosa a força para se articularem em prol da emancipação feminina e, ao mesmo tempo da garantia da proteção ambiental, conseguem se manter fortes e unidas (ANGELIN; SCHONORENBERGER, 2020, p. 214-215).

Essa reivindicação feminista tem um ponto de intersecção muito forte com o debate por justiça ambiental⁸. Ela propõe que novos valores, como a equidade e a sustentabilidade, estejam no centro das discussões sobre acesso e definição do uso dos recursos naturais, em especial, para superar a “opressão do produtivismo” e, logo, oportunizar uma “reapropriação por todos os seres humanos dos valores e das

⁷ O ecofeminismo construtivista diferencia-se do ecofeminismo terceiro mundista na medida em que aquelas defendem “novas práticas e posturas em relação a gênero e meio ambiente ecológico” (PULEO, 2020, p. 213), enquanto estas depositam as suas forças na oposição da dominação e na ideia de que existe uma relação íntima entre as mulheres e o meio ambiente natural (ANGELIN; SCHONORRENBERGER, 2020, p. 213), que são a base para o repensar do viés construtivista, motivo pelo qual afirmamos no texto ser esse um ‘sentimento compartilhado’.

⁸ Como afirma Luyckx (2020), o econfeminismo “*trouve son unité dans le lien intuitif identifié entre l’instrumentalisation et la volonté de maîtrise de la nature et la domination masculine sur la femme ou le féminin*”.



ligações ‘femininas’ à terra” (VIELLE, 2020, p. 123).⁹ É necessário resistir! Com a mercantilização dos corpos femininos, padronização dos seus desejos e mantimento do modelo de exploração intensiva dos recursos naturais, é fundamental um debate sobre alternativas ao modelo hegemônico e suas contradições. Em vista disso, na seção final, é abordado o discurso do desenvolvimento como antagônico à preservação da natureza.

3. Desenvolvimento, Meio Ambiente e Mulheres

Os sentidos dados aos recursos que compõem o meio ambiente são diversos, pois são culturais e históricos. Diante da crise econômica, financeira, climática, ambiental, energética e alimentar, o debate sobre a sustentabilidade tornou-se ponto focal. Apesar disso, o sistema vem percebendo os impactos e graves danos causados ao meio ambiente, especialmente relativo às mudanças climáticas e, assim, recebe a necessidade por demandas ecológicas e buscando as chamadas soluções alternativas.

[...] esses mecanismos de mercado transferem a responsabilidade pela problemática ambiental aos países do Sul e às comunidades tradicionais que têm mantido as florestas em pé e as formas sustentáveis de vida que são agora de fato “expropriadas” do usufruto de suas terras ancestrais e comunitárias, ameaçando assim seu modo de vida e a soberania sobre seus territórios (RODRIGUEZ, s.d., p.17).

Ao serem negados os olhares e sentidos dados a natureza pelas comunidades locais, são ignoradas e invisibilizadas as alternativas sustentáveis de gestão dos recursos, por grupos, o que poderiam representar, soluções cabíveis à crise ambiental que se faz presente no discurso hegemônico (MALERBA, 2020, p.16).

Da crítica latino-americana aos processos de dominação da colonialidade/modernidade nasceram propostas alternativas baseadas nas culturas e saberes locais, tendo por base não o homem, mas a natureza e por objetivo a convivência pacífica de ambos. A agenda ao longo dos anos incluirá os desdobramentos dos objetivos de desenvolvimento sustentável e a presença das mulheres, necessita ser fortalecida. A diversidade e a pluriculturalidade instiga a

⁹ O argumento em prol de tal reaproximação, como aponta Vielle (2020, p. 127) está atrelado ao fato de que “a dominação patriarcal e sobre a natureza construiu um mundo de valores, práticas, epistemes ‘masculinos’, que direcionam necessariamente à desconexão do humano da natureza, que fortalece, por sua vez, a dominação patriarcal”.



atualizar o feminismo às demandas e desafios presentes e futuros.

Silvana Tavares e Adriana Miranda (2017) colocam que os problemas ecológicos e ambientais aumentaram consideravelmente com o passar do tempo e desde a década de 1970 a destruição do meio ambiente tem sido discutida por feministas que associam a formas de dominação e opressão às mulheres. A relação entre gênero e desenvolvimento sustentável na questão das mulheres indígenas, por exemplo, busca levantar aspectos inerentes à situação que se estabelece entre a necessidade de subsistência e os atributos culturais e ecológicos da sustentabilidade.

As diversas conexões entre esse modelo insustentável e as mulheres são evidentes, tanto em termos de exploração direta da mão de obra rural, como na expulsão das famílias pela expansão da fronteira agrícola destinando cada vez mais terras a monoculturas, com impactos notórios sobre a soberania alimentar¹⁰ e a saúde das populações (RODRIGUEZ, s.d.). Afinal, conforme Laeticia Jalil (2009, p.23) a "luta pela manutenção da diversidade, o cuidado com as sementes e a agricultura de subsistência também ficam sob responsabilidade das mulheres, já que tudo que é produzido fica no entorno familiar".

Segundo Malerba (2010, p. 17) a sustentabilidade é uma construção social e, assim, é objeto de disputa política. Sob a ótica da justiça ambiental, a sustentabilidade só pode ser garantida por meio da participação efetiva de todos os grupos sociais nos processos decisórios sobre o uso e acesso aos recursos naturais. Esse princípio aponta uma estreita relação entre sustentabilidade e direitos, e estabelece a superação das desigualdades como condição para garantia de sustentabilidade. Por isso, a importância de estreitar alianças com o movimento feminista e a reivindicação das mulheres. As lutas das mulheres demonstram que as determinantes da desigualdade social, de gênero, de raça e de etnia também definem, em termos de incidência e intensidade, a maneira como os impactos ambientais são distribuídos (MALERBA, 2010, p. 19-20).

Mulher e natureza são vistos como algo a ser dominado. A ordem capitalista e patriarcal separa e hierarquiza a produção e a reprodução, destinando aos homens a esfera produtiva, na qual estão as funções de forte valor social, e, às mulheres, a

¹⁰ Jalil (2009, p. 23) explica que, consoante “a FAO, 50% da produção de alimentos do mundo e 25% da produção pesqueira têm a participação das mulheres”. Assim, segue a autora, com a "manutenção do latifúndio e a produção da monocultura", aprofunda-se "a exploração do trabalho das mulheres, já que são estas as 'responsáveis' pelo cuidado da família, que também é a unidade produtiva". Desta forma, se “as populações rurais estão cada vez mais pauperizadas, para a vida das mulheres, isso se mostra de maneira acentuada”.



esfera reprodutiva, na qual são realizados os trabalhos domésticos e de cuidado¹¹. É do princípio da própria formação capitalista a proposição de dominar a natureza, e do princípio também patriarcal a dominação da natureza; uma correlação inserida na coexistência entre capitalismo e patriarcado. Os homens são da cultura, do espaço público; as mulheres são da natureza e do espaço privado; os humanos estão em um plano superior; e a natureza, em um plano inferior.

Essa é a lógica que sustenta a reprodução das relações de gênero. Essa divisão desempenha um papel central na manutenção das desigualdades nas relações sociais entre os sexos, ao mesmo tempo em que legitima socialmente a desvalorização do trabalho das mulheres. Na América, os colonizadores vieram explorar os corpos considerados ‘inferiores’ e, até hoje, as heranças colonialistas fazem-se presentes na relação entre países do Norte e do Sul Global e no pensamento hegemônico que se impõe sobre o cotidiano destes.

As discussões da Conferência de Estocolmo em 1972 evidenciaram uma discussão entre os países desenvolvidos e de Terceiro Mundo. A ideia era aliar os conceitos quase inconciliáveis de crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Dessa narrativa, o relatório Brundtland (também conhecido, no inglês, como ‘*Our Common Future*’), de 1987, fixou o conceito de desenvolvimento sustentável, no qual destacam-se a intergeracionalidade e justiça social.

Já na Rio 1992 foram estabelecidos três dimensões referentes ao desenvolvimento sustentável: econômica, ambiental e social. No encontro, as narrativas dicotômicas de 1972 de que o Norte reivindicava a preservação ambiental enquanto os países do Sul alegavam que o incremento do desenvolvimento seria necessário para o crescimento econômico e o combate à pobreza (LAGO, 2006, p. 38-42), abraçaram o conceito Brundtland, percebendo a imperiosa necessidade de destacar a sustentabilidade em detrimento do “modelo hegemônico de crescimento econômico e à economia de mercado” (BECK, 2020, p.176), inclusive, percebendo o papel da mulher para tais fins, criando as bases para uma futura percepção sob um “viés multidimensional” do tema, segundo Juarez Freitas (2012, p. 50)¹².

¹¹ Submissão essa que, segundo Silvia Federici (2004), está presente no contexto Europeu muito antes da própria introdução da modernidade. Isso porque, segundo a autora, é possível notar certa semelhança no padrão de submissão das mulheres na caça às bruxas, presente na Idade Média, e na escravidão de corpos (inclusive femininos) promovida na modernidade para fins de apropriação de recursos naturais nas colônias, demonstrando a estratificação e a transformação social (pautada no gênero e na desconsideração do equilíbrio para com a natureza), em prol do capitalismo emergente.

¹² O viés multidimensional contempla as atuações tanto do Estado com da sociedade em prol da "concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente". Desta forma, a "sustentabilidade



A Declaração de 92, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (IPHAN, 1995), em seu princípio n. 20 elenca a importância da mulher com o cuidado e uma perpetuação do meio ambiente ecológico: “As mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável”. As mulheres de todo o mundo discutiram os problemas vividos no planeta e formularam e adotaram sua própria plataforma, a Agenda 21 de Ação das Mulheres, que tratou de temas como governança, militarismo, globalização, pobreza, direitos da terra, segurança alimentar, direitos das mulheres, direitos reprodutivos, ciência e tecnologia e educação – temas que ultrapassam a preservação e o respeito à natureza em si.¹³

Discussão ampla esta que foi primordial para não serem criadas identidades femininas “fechadas” quando da reivindicação de espaços de poder por parte das mulheres. É o que Angelin e Schonorenberger (*In* GUERRA, 2020, p. 211) argumentam quanto ao debate envolvendo desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e mulheres, no sentido de não utilizar uma visão determinista de que as mulheres e o meio ambiente natural têm proximidades “naturais”. O “ecologismo engajado dever ser aquele que se comprometa com o combate a todas as formas de discriminação, que incorpore as lutas antirracista, antissexista e a contra o patriarcado” (ARANTES; GUEDES, 2010, p. 17-18), impedindo, assim, a redução dos debates em torno de argumentos superficiais, que, na verdade, avultam uma visão capitalista do papel das mulheres na sociedade, que as inferioriza, relegando a elas um papel secundário de meras ‘gestoras do lar’ (FEDERICI, 2017), e que permite “a expansão do poder do mercado e o desprezo pela preservação ambiental” (FARIA; ZINI, 2020, p.279).

De acordo com o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, visibilizar as estratégias de resistência engendradas pelas mulheres diante das transformações sociais e territoriais, é importante para afirmar o direito de existir. Nos processos de mobilização, na sua ampla diversidade e desigualdade, é percebido a atuação das mulheres em relação aos conflitos ambientais e à exploração indevida do ambiente e

molda e condiciona o desenvolvimento (e não o contrário)” (FREITAS, 2012, p. 55). E justamente por não ser mera qualidade do desenvolvimento, senão o seu fim, ela apresenta múltiplas dimensões: ambiental, social, econômica, ética e jurídico-política (FREITAS, 2012, p. 60-67) - todas estas voltadas a um único objetivo, o de “assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar” de todos, das gerações presentes e futuras, de maneira inclusiva e equânime (FREITAS, 2012, p. 50).

¹³ Importante dizer que “a ativação da sociedade civil global com o estímulo da ONU gerou novas estruturas de oportunidades para mobilização, por meio do impulso de transnacionalização e internacionalização das dinâmicas associativas” (BALLESTRIN, 2020, p. 7).



dos seus territórios, que se diferenciam da visão dos homens, resultados de múltiplos processos como

[...] a divisão sexual e racial do trabalho no capitalismo; as representações sobre a sexualidade das mulheres, fortemente demarcada por uma cultura misógina e heteronormativa; a naturalização da violência sexista como instrumento de dominação; no não reconhecimento das mulheres como seres políticos ou sujeitos de direitos, inclusive sobre os seus próprios corpos (PACS, 2017, p. 24).

Os movimentos de mulheres foram o grande impulso de mudanças na estrutura do trabalho feminino na agricultura e hoje estão sendo fortes aliados em questões de políticas de proteção ambiental. Na forma de organizações coletivas, as camponesas têm se organizado e articulado a nível nacional, o que facilitou diversas lutas e fortificou reivindicações que se transformaram em políticas públicas. Um dos movimentos mais destacados no cenário brasileiro, como exemplo, é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

O Movimento mantém um conjunto expresso de orientações coletivas que valorizam a emancipação das mulheres, a defesa da classe trabalhadora, compromisso com a justiça social e as pessoas vulneráveis, assim como com a organização social, combate à exploração, ao preconceito e a todos os tipos de violência, buscando concretizar novas relações humanas e sociais onde a proteção ao meio ambiente natural, às sementes e a biodiversidade estejam presentes (MMC, s/d).

Essas ações remetem a corrente espiritualista do ecofeminismo do terceiro mundo, onde o elemento da mística religiosa está presente nas lutas e nas demandas de proteção ambiental e, ao mesmo tempo, no combate da cultura patriarcal opressora. Fato é que os movimentos das mulheres do campo, que podem ser classificados de forma genérica como ecofeministas, tem tido presente, sobretudo, o objetivo do bem comum, a uma ampla proteção ao meio ambiente natural, ressaltando a proteção da *oikos*, ou a *patchamama*, termo esse muito utilizado na América Latina (ANGELIN; SCHONORENBERGER, 2020, p. 218).

Em sua ampla diversidade e desigualdade, as mulheres percebem e atuam em relação aos conflitos ambientais e à exploração indevida do ambiente e dos seus territórios. Os movimentos de mulheres detêm uma participação extremamente importante na constituição da própria existência e das ações em defesa de seus direitos em um espaço de conflitualidades, a ‘geografia da injustiça’ deve ser



combatida.

4. Considerações finais

Entende-se que o rompimento com a identidade colonial, o fim do racismo, a construção de um conceito de identidade latino-americana, o reconhecimento das novas lutas dos povos originários e a caminhada no rumo de uma *outra* integração e a *outro* tipo de desenvolvimento, se busca na *Abya Yala* (ou ‘terra madura’). Necessário compreender os processos de forma a considerar as distintas dimensões das vidas atingidas, e para a qual é fundamental afirmar os saberes tradicionais, originários e populares do Terceiro Mundo, assim como os processos de produção coletiva de conhecimentos.

O feminismo moderno nasce da exclusão das mulheres como cidadãs plenas na revolução iluminista. Esta exclusão é baseada em uma lógica universalista da razão que se consolida a partir do século XVII. Algumas características da lógica de governança moderna já são vistas nas colônias hispânicas, mas são as novas contradições entre igualdade e diferença, aquelas que geram um movimento social e político como o feminismo. Estratégias de subalternização discursiva que são usadas para perpetuar essas relações coloniais e o conceito de descolonização é central em lutas contemporâneas.

É urgente a busca por alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico hoje hegemônico. Contudo, é indispensável a busca por alternativas que contemplem a natureza como protagonista com um olhar holístico para o meio ambiente natural, a fim de se considerar o ecossistema como um todo e priorizado pelas experiências femininas.

Assim, estabelecer diálogos construtivos e aprender com experiências, permitiria romper com a repetição de esquemas eurocentrados, patriarcais e exaustivos (quanto aos recursos naturais), fazendo florescer um rumo próprio de estradas e projetos sustentáveis multidimensionalmente, especialmente inclusivos e justos, contemplando, assim, as pautas ecofeministas. Até mesmo porque às mulheres cabe a tarefa de confrontar o idealizado, estereotipado e desqualificado em suas culturas; na luta constante pelo (re)conhecimento e defesa dos direitos coletivos de seus povos e de gênero específicos.

Referências

AFONSO, Henrique Weil. *A Reconstrução Histórica da Diversidade no Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2015.



ANGELIN, Rosângela. “Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?”. *Revista Eletrônica Direito e Política. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI*, Itajaí, v.9, n.3, p.1569-1597, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em www.univali.br/direitoepolitica. Acesso em 18/04/2023.

ANGELIN, Rosângela; SCHNORENBERGER, Neusa. “Interconexões entre a mística ecofeminista do movimento das mulheres camponesas e a tutela ambiental”. *In: GUERRA, Clarissa et al. (Orgs.). Mulheres e Meio Ambiente: nosso papel fundamental*. Vol. 2. Blumenau: Editora Dom Modesto, 2020. p. 203-228.

ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Orgs.). *Mulheres, Trabalho e Justiça Socioambiental*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. Disponível em <http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Livro-Mulher-Trabalho-e-Justi%C3%A7aSocioambiental.pdf>. Acesso em 22/10/2022.

ASTELL, Mary. *Reflections upon Marriage*. 3.ed. London: Gale ECCO, 2018.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p.1035-1054. 2017.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-14. 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>. Acesso em: 10 out. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo. Livro 1: Fatos e Mitos*. 4ª. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BECK, Glaucy. Da violência colonizadora ao desenvolvimento sustentável: As artimanhas da modernidade e os impactos sociais na América Latina. *In GUERRA, Clarissa et al. (Orgs.). Mulheres e Meio Ambiente: nosso papel fundamental*. Vol. 2. Blumenau: Editora Dom Modesto, 2020. p.161-182.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el Feminismo: una perspectiva desde America



Latina y el Caribe. *Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista*, Buenos Aires, junio de 2009. Disponível em <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/75231>. Acesso em 10/04/2023.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento Construções do pensamento feminista latino feminista latino-americano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 11-39. jan-abr 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100002>. Acesso em: 10 out. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta do Rio*. Brasília, 1995. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Rio%201992.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. “Etnocentrismo y Colonialidad en los Feminismos Latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional”. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 14, n. 33, p. 37-54, jul./dic. 2009. Disponível em <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/12/espিনosa-mic3b1oso-y-2009-etnocentrismo-y-colonialidad-en-los-feminismos-latinoamericanos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. “Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica”. *El Cotidiano*, mar./abr. 2014. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

FARIA, Josiane Petry; ZINI, Amanda Caroline. “O papel do ecofeminismo na preservação de recursos: Uma análise das relações de gênero poder e sustentabilidade e o seu papel na construção de políticas públicas”. In GUERRA, Clarissa *et al.* (Orgs.). *Mulheres e Meio Ambiente: nosso papel fundamental*. Vol. 2. Blumenau: Editora Dom Modesto, 2020. p.277-294.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. *Revista Estudos Femininos*. Florianópolis, vol.23, n.1, p.11-34. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104->



[026X2015000100011&script=sci_abstract&tlng=pt](https://doi.org/10.18226/22370021.v15.n1.11). Acesso em: 10 out. 2025.

FRASER, Nancy. “Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo”. *Revista Direito GV*, São Paulo, v.7, n.2, p. 617-634, jul-dez. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v7n2/a11v7n2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2ª.ed. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2012.

GEBARA, Ivone. Epistemologia Ecofeminista. *Revista Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião*. Núcleo de estudos teológicos da mulher na América Latina/ do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e do Instituto Ecumênico de Pós- Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo: UESP, ano VI, n.6, p. 18-27, dez. 2000. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/revistamandragora/article/view/9674>. Acesso em: 11 out. 2025.

JALIL, Laeticia Medeiros. *Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro*. 2009. Mestrado (Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://institucional.ufrrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2009.dissertacao.LAETICIA-MEDEIROS-JALIL.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

LAGO, André Aranha Corrêa do. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2006.

MALERBA, Juliana. “A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências”. In ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Orgs.). *Mulheres, Trabalho e Justiça Socioambiental*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. p.13-24. Disponível em <http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Livro-Mulher-Trabalho-e-Justi%C3%A7aSocioambiental.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.



MMC. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *História*. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>. Acesso em: 10 out. 2025.

MOHANTY, Chandra. Talpade. Bajo los ojos de occidente. In: NAVAZ, L. S., HERNÁNDEZ, A. (eds): *Descolonizando el Feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Ed. Cátedra, 2008. p.1-23.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 51-64. 2012.

Disponível em

<https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqggqDWy8gct/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 10 out. 2025.

NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (Coord.).

Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes. Barcelona: Catedra, 2008. Disponível em

<http://www.reduii.org/cii/sites/default/files/field/doc/Descolonizando%20el%20feminismo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

OKAFOR, Obiora Chinedu. Newness, imperialism, and international legal reform in our time: a TWAIL perspective. *Osgoode Hall Law Journal*, Toronto, v. 43, p. 171-191. 2005. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/232625218.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

PACS- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. *Mulheres e Conflitos Ambientais: Nem nossos Corpos, Nem nossos territórios – Da invisibilidade à resistência*. Rio de Janeiro: Instituto PACS, ago. 2017. Disponível em

<http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/mulheres-e-conflitos-ambientais-da-invisibilidade-a-resistencia/>. Acesso em: 10 out. 2025.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario: Mujeres creando comunidad*. La Paz: Cooperativa El Rebozo, 2010.

PAREDES, Julieta. *Una sociedad en estado y con estado despatriarcalizador*. Cochabamba: Diciembre, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de



territorialidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 20, p. 25-30, jul./dez 2009. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231>. Acesso em: 10 out. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

RODRIGUEZ, Graciela. *Eco-feminismo – superando a dicotomia natureza/cultura*. Disponível em <https://www.abong.org.br/final/download/ArtigoEcofeminismo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

SARTORE, Anna Rita; SANTOS, Aline Renata dos; SILVA, Camila Ferreira da. Tecendo Fios Entre o Feminismo Latino-Americano Descolonial e os Estudos Pós-Coloniais Latino- Americanos. *Revista Interterritórios - Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco*, Caruaru, v. 1, n. 1, p.86-98, 2015. DOI: <https://doi.org/10.33052/inter.v1i1.5011>. Acesso em: 10 out. 2025.

SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 10 out. 2025.

SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SILIPRANDI, Emma. “Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais”. *Agroecologia e desenvolvimento sustentável*, v.1, n. 1, p. 61-70, jan./mar. 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/TnSBYB7v9CFwpmQtVf8fbCM/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EDUFMG, 2010 [1988].



SQUEFF, Tatiana Cardoso; DAMASCENO, Gabriel Dassoler. Desastres climáticos no Sul Global: uma consequência da superexploração e da colonialidade climática. *Cadernos Do Programa De Pós-Graduação Em Direito – PPGDir./UFRGS*, v. 19, n. 1, pp. 201–227, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22456/2317-8558.143908>

TAVARES, Manuela. *Ecofeminismo(s)*. Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães. [s.l.] 2014. Disponível em https://www.cdconfeminista.org/wp-content/uploads/2014/02/ecofeminismo_Manuela_Tavares_5fev2014UF.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

TAVARES, Silvana Beline; MIRANDA, Adriana Andrade. Diriti de Bdé Burè: “Um olhar ecofeminista rumo à redistribuição e reconhecimento”. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 137-152, jul/dez. 2017. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/2407>. Acesso em: 10 out. 2025.

ULLOA, Astrid. “Diferencias de género y etnicidad em las políticas globales-nacionales-locales de cambio climática”. *Crítica y Emancipación*, Buenos Aires, v. 12, p.227-294. 2014. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ojs/index.php/critica/article/view/94>. Acesso em: 10 out. 2025.

VIELLE, Pascale. “Um regime de proteção social a serviço da transição climática: contribuição do pensamento ecofeminista”. Trad. Daniel Damásio Borges e Maria Luiza Rocha Silva. *Revista de Estudos Jurídicos UNESP*, Franca, ano 24, n. 39, p. 115-139, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/3416>. Acesso em: 11 out. 2025.